

13. PROPOSTAS – ACORDOS DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO:

Da **DACPGP** submetendo à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de acordos de cedência de utilização:

1 - Celebração de um acordo de cedência relativo a uma parcela de terreno, a título gratuito, (identificada na planta em anexo) entre o Município de Braga e a **Freguesia de Gualtar**, que tem como finalidade a implantação de uma horta comunitária;

2 - Celebração de um acordo de cedência relativo a uma parcela de terreno, a título gratuito, (identificada na planta em anexo) entre o Município de Braga e a **Freguesia de S. Vicente**, que tem como finalidade a implantação de uma horta comunitária;

À ... de ...

29/10/22



PROPOSTA – CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Braga, com sede na Praça do Município da cidade de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Rio, adiante designado por **Município**,

E

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Gualtar, com sede ..., pessoa coletiva nº..., aqui representada pelo Presidente da União de Freguesias, ..., adiante designado por **Freguesia**,

Considerando que:

São atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, em articulação com as freguesias, como estabelece o artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,

Compete à câmara municipal, de acordo com o prescrito no artigo 33º, nº 1, alínea qq) do citado Anexo “Administrar o domínio público municipal”, competência que foi delegada no Sr. Presidente da Câmara Municipal por deliberação tomada em reunião do Executivo Municipal realizada em 23 de outubro de 2017,

Nos termos do estatuído no nº 1 do artigo 23º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo DL nº 280/2007, de 7 de agosto, “Os imóveis do domínio público podem ser cedidos a título precário para utilização por outras entidades públicas”,

É celebrado o presente acordo de cedência entre os outorgantes acima melhor identificados que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

Na sequência da operação de loteamento titulada pelo alvará nº 39/2002, foi cedida ao **Município** e integrada no domínio público municipal a **Parcela de terreno**, melhor identificada na planta anexa ao presente acordo e que dele faz parte integrante, com a área de 2.067,81 m², e com o valor patrimonial de € 25.785,59, conforme ficha cadastral anexa.

Cláusula Segunda

(Finalidade)

Pelo presente acordo, o **Município** entrega à **Freguesia** e esta aceita, a **Parcela de terreno** descrita na cláusula primeira, a título gratuito, para implantação de uma horta comunitária.

Cláusula Terceira

(Regime de utilização)

1. A segunda outorgante utilizará a referida parcela de terreno para a finalidade referida na cláusula segunda, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização do **Município**.
2. À segunda outorgante não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste acordo, sem autorização expressa do **Município**.
3. Finda a vigência do presente acordo, a **segunda outorgante** deverá entregar ao **Município** o **Parcela de terreno** em bom estado de conservação.

Cláusula Quarta

(Gratuidade - Fundamentação)

A cedência da parcela de terreno é feita a título gratuito, uma vez que, por um lado, a parcela de terreno em questão foi integrada no domínio público municipal com vista a colmatar e satisfazer as necessidades da comunidade envolvente e que a instalação de uma horta comunitária naquele local visa, exatamente, satisfazer as necessidades dos habitantes daquela freguesia, nomeadamente os que vivem em condições mais desfavorecidas e que, por outro, a Freguesia é, conforme estabelecido nos artigos 54º e 56º do Regime do património Imobiliário Público, responsável pelo pagamento das despesas e encargos com a conservação e

manutenção do imóvel, sendo certo que quaisquer trabalhos de adaptação da parcela de terreno ao fim aqui visado correrão por conta da própria Freguesia.

Cláusula Quinta

(Obras de Adaptação)

Após competente autorização por parte do **Município**, a **Freguesia** poderá proceder por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as obras de construção, adaptação, conservação e/ou manutenção a realizar no **Parcela de terreno**, que sejam necessárias à prossecução da finalidade referida na cláusula segunda.

Cláusula Sexta

(Reparação e manutenção dos equipamentos)

Compete à **Freguesia** proceder, por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as reparações, conservação e manutenção dos equipamentos.

Cláusula Sétima

(Benfeitorias)

Todas as benfeitorias realizadas na Parcela de terreno ou nos equipamentos levadas a cabo pela **Freguesia** consideram-se neles integradas, não havendo lugar a qualquer indemnização finda a vigência do presente contrato.

Cláusula Oitava

(Obrigações da SEGUNDA OUTORGANTE)

1. Na vigência do presente contrato, a **Segunda Outorgante** obriga-se a assumir os encargos decorrentes das seguintes despesas:

a) inerentes à conservação e limpeza dos espaços;

b) decorrentes da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, telefone, rede de dados, e outros custos de exploração;

e) relativas ao pagamento de prémios de seguro que, por lei, sejam obrigatórios.

2. A segunda outorgante obriga-se ainda:

a) a não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.

b) a manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança.

Cláusula Nona

(Prazo)

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser renovável por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 180 dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações.

Cláusula Décima

(Aceitação)

A **Segunda Outorgante** declara que aceita a entrega da parcela de terreno identificada na cláusula primeira nos termos e para os efeitos definidos no presente Acordo.

Cláusula Décima Primeira

(Omissões)

As omissões ao presente contrato são reguladas pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula Décima Segunda

(Foro)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente Contrato, as partes elegem como competente o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outra.

Cláusula Décima Terceira

A proposta relativa ao presente acordo foi aprovada

Braga, _____.

1º Outorgante - Município de Braga

2º Outorgante – Freguesia de Gualtar

Mafalda Vilaça

De: Junta de Freguesia de Gualtar <junta.gualtar@gmail.com>
Enviado: 9 de setembro de 2019 12:57
Para: Serviço Freguesias
Cc: Mafalda Vilaça; António Barroso
Assunto: Cedência de Parcela de Terreno - Alvará 2002/39

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio

Tendo em conta a aprovação recente pelo Fundo Ambiental , da nossa candidatura “Economia Circular em Freguesias: JUNTAr+” para a execução das hortas comunitárias na nossa Freguesia e sendo este um assunto de interesse Municipal e de interesse para a Freguesia, vimos por este meio solicitar a ***cedência a título gracioso*** para a Junta de freguesia do terreno de equipamento municipal assinalado na imagem e relativo ao Alvará 2002/39.

Para local de realização de todas as actividades e implementação da horta urbana, escolhemos esta parcela de terreno que entendemos ir de encontro à vontade do Município para a concretização da rede de hortas urbanas de Braga sendo que o terreno em apreço se insere num terreno com área aproximada de 2000m², conforme planta em anexo.

A construção da horta urbana na freguesia de Gualtar será, com toda a certeza, uma mais valia para o território urbano do concelho, introduzindo a este nível um reforço e aproximação da população à pequena produção agrícola, implementando hábitos de consumo saudáveis, readaptando os solos a utilizações menos onerosas dos recursos naturais e promovendo ainda o espírito de comunidade, a entre ajuda entre as pessoas e potenciando de resposta social.



Com os melhores cumprimentos
O Presidente da Junta

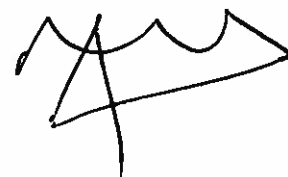


Câmara Municipal de Braga
Ficha Cadastral de Imóveis

Identificação Descrição: L.bela Vista - Equipamento		Classificação Número de inventário G.H. : 301 07 04 Destinado a equipamento público Número: 10925 Tipo: Terrenos e Recursos Naturais Classificação Funcional: Orgânica da Despesa: Económica da Despesa: Conta Imobilizado: 4211 Terrenos e Recursos Naturais		Domínio privado
Localização Referência na carta: P. Digitalizada (1/500): Planta Tradic. (1/1000):				
Caracterização Conservatória: Natureza: Data registo: Nº registo: Folha: Livro:				
Valorização e Registo Tipo de Valor: Período: 01/2017 Valor aquisição: 25 785,59 Data de Início de Utilização: 04/06/2002 Ano económico: 2017 Valor Atualizado: 25 785,59 Taxa de Amortização: 0,00 % Vida útil Inicial: 0 Valor Residual: 0,00 Percentagem Amortizável: 100,00 % Vida Atualizada: 0 Destino urbanístico: EQUIPAMENTO Entidade:				
Aquisição Data: 04/06/2002 Tipo: 09 Outros Descrição: ALV.LOT 39/2002 Motivo Aquisição:		Serviço Responsável Nome: DEFINIDO NA FICHA DO IMÓVEL Secção: 520000 Desde: 04-06-2002		
Localização Freguesia: Gualtar		Designação do Processo Cadastral Nº Processo: Parcela:		
Outros Elementos Coeficiente de ocupação: Medida: Estado de conservação: 1		Situação / Última alteração Data: 04/06/2002 Tipo: 91 Inv. sem Alterações<Op.Extraord.>		
Áreas Área condicionada: Área documentada: Área disponível: 2067,81 Área total: 2067,81				
Enquadramento Tipo de infraestrutura: N/A Tipologia: Classificação Histórica: Área bruta construção: 0,00 Área do logradouro: 0,00 Área total coberta: 2 067,81 Natureza de ocupação: Natureza Direitos Autarquia: Extensão: Largura: Diâmetro: Pisos Acima: Pisos Abaixo: Divisões: Profundidade: Construção Material: Valor: Ano: Índice:				

À ...

19/10/52



PROPOSTA – CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Braga, com sede na Praça do Município da cidade de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Rio, adiante designado por **Município**,

E

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de S. Vicente, com sede ..., pessoa coletiva nº..., aqui representada pelo Presidente da União de Freguesias, ..., adiante designado por **Freguesia**,

Considerando que:

São atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, em articulação com as freguesias, como estabelece o artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,

Compete à câmara municipal, de acordo com o prescrito no artigo 33º, nº 1, alínea qq) do citado Anexo “Administrar o domínio público municipal”, competência que foi delegada no Sr. Presidente da Câmara Municipal por deliberação tomada em reunião do Executivo Municipal realizada em 23 de outubro de 2017,

Nos termos do estatuído no nº 1 do artigo 23º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo DL nº 280/2007, de 7 de agosto, “Os imóveis do domínio público podem ser cedidos a título precário para utilização por outras entidades públicas”,

É celebrado o presente acordo de cedência entre os outorgantes acima melhor identificados que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

Na sequência da operação de loteamento nº 8/98 e alteração nº 1 de 10.7.2006, foi cedida ao **Município** e integrada no domínio público municipal a **Parcela de terreno**, melhor identificada na planta anexa ao presente acordo e que dele faz parte integrante, com a área de 2.603,00 m2, e com o valor patrimonial de € 99.499,67, conforme ficha cadastral anexa.

Cláusula Segunda

(Finalidade)

Pelo presente acordo, o **Município** entrega à **Freguesia** e esta aceita, a **Parcela de terreno** descrita na cláusula primeira, a título gratuito, para implantação de uma horta comunitária.

Cláusula Terceira

(Regime de utilização)

1. A segunda outorgante utilizará a referida parcela de terreno para a finalidade referida na cláusula segunda, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização do **Município**.
2. À segunda outorgante não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste acordo, sem autorização expressa do **Município**.
3. Finda a vigência do presente acordo, a **segunda outorgante** deverá entregar ao **Município** o Parcela de terreno em bom estado de conservação.

Cláusula Quarta

(Gratuidade - Fundamentação)

A cedência da parcela de terreno é feita a título gratuito, uma vez que, por um lado, a parcela de terreno em questão foi integrada no domínio público municipal com vista a colmatar e satisfazer as necessidades da comunidade envolvente e que a instalação de uma horta comunitária naquele local visa, exatamente, satisfazer as necessidades dos habitantes daquela freguesia, nomeadamente os que vivem em condições mais desfavorecidas e que, por outro, a Freguesia é, conforme estabelecido nos artigos 54º e 56º do Regime do património Imobiliário Público, responsável pelo pagamento das despesas e encargos com a conservação e

manutenção do imóvel, sendo certo que quaisquer trabalhos de adaptação da parcela de terreno ao fim aqui visado correrão por conta da própria Freguesia.

Cláusula Quinta

(Obras de Adaptação)

Após competente autorização por parte do **Município**, a **Freguesia** poderá proceder por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as obras de construção, adaptação, conservação e/ou manutenção a realizar no **Parcela de terreno**, que sejam necessárias à prossecução da finalidade referida na cláusula segunda.

Cláusula Sexta

(Reparação e manutenção dos equipamentos)

Compete à **Freguesia** proceder, por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as reparações, conservação e manutenção dos equipamentos.

Cláusula Sétima

(Benfeitorias)

Todas as benfeitorias realizadas na Parcela de terreno ou nos equipamentos levadas a cabo pela **Freguesia** consideram-se neles integradas, não havendo lugar a qualquer indemnização finda a vigência do presente contrato.

Cláusula Oitava

(Obrigações da SEGUNDA OUTORGANTE)

1. Na vigência do presente contrato, a **Segunda Outorgante** obriga-se a assumir os encargos decorrentes das seguintes despesas:

a) inerentes à conservação e limpeza dos espaços;

b) decorrentes da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, telefone, rede de dados, e outros custos de exploração;

e) relativas ao pagamento de prémios de seguro que, por lei, sejam obrigatórios.

2. A segunda outorgante obriga-se ainda:

a) a não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.

b) a manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança.

Cláusula Nona

(Prazo)

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser renovável por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 180 dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações.

Cláusula Décima

(Aceitação)

A **Segunda Outorgante** declara que aceita a entrega da parcela de terreno identificada na cláusula primeira nos termos e para os efeitos definidos no presente Acordo.

Cláusula Décima Primeira

(Omissões)

As omissões ao presente contrato são reguladas pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula Décima Segunda

(Foro)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente Contrato, as partes elegem como competente o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outra.

Cláusula Décima Terceira

A proposta relativa ao presente acordo foi aprovada

Braga, _____.

1º Outorgante - Município de Braga

2º Outorgante – Freguesia de S. Vicente

Câmara Municipal de Braga
Ficha Cadastral de Imóveis

Identificação Descrição: Eq3 - Bairro das Andorinhas - Equipamento		Classificação Número de Inventário: G.H. : 301 07 04 Destinado a equipamento público Número: 16047 Tipo: Terrenos e Recursos Naturais Classificação Funcional: Orgânica da Despesa: Económica da Despesa: Conta Imobilizado: 4211 Terrenos e Recursos Naturais		Domínio privado
Localização Referência na carta: P. Digitalizada (1/500): Planta Tradic. (1/1000):				
Caracterização Conservatória: Natureza: Data registo: N° registo: Folha: Livro:				
Valorização e Registo Tipo de Valor: Período: 01/2017 Valor aquisição: 99 499,67 Data de Início de Utilização: 10/07/2006 Ano económico: 2017 Valor Atualizado: 99 499,67 Taxa de Amortização: 0,00 % Vida útil Inicial: 0 Valor Residual: 0,00 Percentagem Amortizável: 100,00 % Vida Atualizada: 0 Destino urbanístico: CONSTRUÇÃO Entidade:				
Aquisição Data: 10/07/2006 Tipo: 09 Outros Descrição: ALT.Nº1 OPLOT. Nº8 Motivo Aquisição:		Serviço Responsável Nome: DEFINIDO NA FICHA DO IMÓVEL Secção: 520000 Desde: 10-07-2006		
Localização Freguesia: Braga (São Vicente)		Designação do Processo Cadastral N° Processo: Parcela:		
Outros Elementos Coeficiente de ocupação: Medida: Estado de conservação: 5		Situação / Última alteração Data: 10/07/2006 Tipo: 91 Inv. sem Alterações<Op.Extraord.>		
Áreas Área condicionada: Área documentada: Área disponível: 2603,00 Área total: 2603,00				
Enquadramento Tipo de infraestrutura: N/A Tipologia: Classificação Histórica: Área bruta construção: 0,00 Área do logradouro: 0,00 Área total coberta: 2 603,00 Natureza de ocupação: Natureza Direitos Autarquia: Extensão: Largura: Diâmetro: Pisos Acima: Pisos Abaixo: Divisões: Profundidade: Construção Material: Valor: Ano: Índice:				



Ofício Nº	Ex. Senhor
Data: 16-08-2019	Presidente da Câmara Municipal de BRAGA

ASSUNTO: Cedência de terreno para Horta Urbana – Operação Loteamento nº8/98.

Esta junta de Freguesia concorreu recentemente ao aviso “Economia Circular em Freguesias (JUNTA+R) 2019” com um projeto que contempla a criação de uma horta urbana e desenvolve um conjunto de iniciativas que visam a redução significativa do desperdício, promovem a reutilização de bens e pretende consciencializar a comunidade para as temáticas na área da sustentabilidade, envolvendo escolas, associações e todos os habitantes da freguesia.

Como resultado dessa candidatura o projeto que apresentamos mereceu a aprovação por parte do Fundo Ambiental e teve uma pontuação global de 4,15 pontos, num total de 5.

Para local de realização de todas as atividades e implementação da horta urbana, escolhemos uma parcela de terreno que entendemos ir de encontro à vontade do Município para a concretização da rede de hortas urbanas de Braga, assim sendo, o espaço em apreço insere-se num terreno de “Equipamento” da operação de loteamento nº8/98, com área aproximada de 2600m², conforme planta em anexo.



Fig. 1 | Planta de loteamento e imagem Google com sobreposição da parcela pretendida.



FREGUESIA SÃO VICENTE - BRAGA

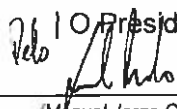
Gabinete do Presidente

Estamos em crer que a construção da horta urbana na freguesia de São Vicente será uma mais valia para o território urbano do concelho, introduzindo a este nível um reforço e aproximação da população à pequena produção agrícola, implementando hábitos de consumo saudáveis, readaptando os solos a utilizações menos onerosas dos recursos naturais e promovendo o espírito de comunidade, entre ajuda e muitas vezes de resposta social.

Desta forma e, para que a concretização deste projeto seja uma realidade solicitamos ao Município a cedência graciosa a esta junta de freguesia da parcela de terreno identificada.

Apresento os meus melhores cumprimentos,

pelo Presidente,


(Manuel Jorge Costa Pires.)